



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE POLÍTICA PÚBLICA PARA A JUVENTUDE,

REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2014

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e catorze, realizou-se no Plenário Ulisses Bruder, na Câmara Municipal de Maringá, a partir das dezoito horas e trinta minutos, a Audiência Pública sobre *Política Pública para a Juventude*, promovida pela Promotora da Infância e da Juventude e a Câmara Municipal de Maringá. Compuseram a Mesa da Audiência o Dr. Gilberto Giacóia, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná; a Dra. Mônica Louise de Azevedo, Promotora de Justiça da 17ª. Promotoria de Justiça de Maringá - Infância e da Juventude, na qualidade de Mediadora; o Dr. Maurício Kalache, Promotor de Justiça da 6ª. Promotoria de Justiça de Maringá - Direitos Humanos; o Vereador Ulisses de Jesus Maia Kotsifas, Presidente da Câmara Municipal e Joaquim dos Santos, Assessor Legislativo da Câmara Municipal, na qualidade de Secretário da Mesa. O Dr. Maurício Kalache iniciou os trabalhos cumprimentando os presentes e esclarecendo a principal intenção da realização do evento, ou seja, a apresentação e priorização das demandas sociais da juventude. Explicou ainda que, para garantir a ordem dos trabalhos, a Audiência deveria obedecer às regras do regulamento publicado na internet e outros meios, já que uma Audiência Pública se define por ser um ato administrativo por meio do qual a autoridade pública ouve críticas, sugestões e informações para a tomada de decisões. Em seguida, apresentou a Mesa e concedeu a palavra ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Gilberto Giacóia para seu pronunciamento. Dr. Giacóia iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradecendo primeiramente aos Vereadores de Maringá na pessoa do Presidente da Casa, destacando a parceria do Legislativo maringaense em várias causas do Ministério Público, entre elas a mobilização contra a PEC-37. Tal atuação, segundo ele, coloca em evidência o esforço do Poder Legislativo de Maringá em defender o povo brasileiro, pois garantindo ao Ministério Público o poder de investigação, combatendo a ilegalidade, a corrupção e os desmandos administrativos e a hipocrisia política, garante-se a defesa de prerrogativas constitucionais e, por consequência, a dignidade do povo. Em seguida, agradeceu a presença da Chefe do Núcleo Regional de Educação, dos demais integrantes do Ministério Público, todas as autoridades e principalmente dos jovens que compareceram à Audiência, propiciando ao MP uma visão mais específica acerca de suas demandas na região. Segundo ele, somente assim é possível superá-las ou corresponder minimamente aos anseios da população. Destacou ainda que quem está na plena maturidade aprende muito com os jovens e lembrou Paulo Freire para dizer que a vida é muito curta e quanto mais se divide experiência com os jovens, mais largos se mostram os horizontes. Destacou que o pedagogo ensina também que todos os saberes são importantes e que a intuição dos jovens, a impulsividade, os sonhos de um mundo melhor e mais justo são a seiva para se prosseguir no caminho e podem determinar diferenças na vida de todos. Por isso, garantiu o Procurador, ninguém melhor que o jovem para transcender, ir atrás do discurso da esperança e alcançar um mundo melhor e mais justo. Enfatizou ainda que Audiência, como a que estava se realizando, significa um estender de mãos da Instituição, o MP, como canal condutor desse sonho e, por consequência, uma opção por não permanecer em gabinetes fechados e burocratizados. Significava ainda ouvir a voz das ruas para dizer um retumbante "não" às distorções que às vezes intimidam e querem impedir que Promotores de Justiça, sejam agentes transformadores da sociedade. Para ele, os Promotores são daqueles profissionais que não vivem à sombra das estruturas dominantes; não são dóceis, nem complacentes com os poderosos e fortes e apenas implacáveis e intransigentes com os frágeis e os débeis. Muito pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Contrário, o Promotor é aquele profissional inflamado de uma rebeldia cívica, de uma ira santa, contra todas as formas de injustiça e contra todas as formas de opressão. Pediu a parceria dos jovens para uma guerra santa, onde a arma é a lei e a justiça a boa causa. Elogiou ainda a atuação do Ministério Público em Maringá por combater o bom combate com calor igual ao da juventude. Disse ter certeza, como afirmou o poeta, que o sonho sonhado por um é ilusão quimérica e passageira, mas o sonho sonhado por muitos é a realidade concreta do amanhã. Para finalizar referenciou Fernando Pessoa, em seu poema *Tabacaria*, no qual diz que o homem é a medida de seus sonhos. O poema se inicia dizendo: "não sou nada, nunca serei nada, não posso querer ser nada, à parte disso, tenho todos os sonhos do mundo". Segundo ele, o Ministério Público quer levar da juventude de Maringá todos os sonhos do mundo. Para finalizar, desejou as bênçãos de Deus a todos e agradeceu a atenção dos presentes. Em seguida, Dr. Maurício Kalache explicou que o Procurador teria que se ausentar da Mesa pelo horário do seu voo de retorno para Curitiba, agradeceu a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus de Maringá e a Pastoral da Juventude, apoiadores do evento e explicou ainda que o evento estava sendo gravado e transmitido ao vivo, bem como iria ser reprisado pela TV Câmara para todo o Estado do Paraná. Passou a palavra ao Presidente da Casa que cumprimentou os presentes e assegurou a postura da Câmara Municipal em relação às Audiências Públicas como um canal para a realização de debates democráticos, evidenciando a ética e a moralidade como pilares da Administração Pública. Em seguida, o Dr. Maurício entregou a presidência do evento à Dra. Monica que passou a ser a mediadora da Audiência. Dra. Mônica agradeceu a presença de todos, à Câmara Municipal, aos que trabalharam para que a Audiência fosse viabilizada e esclareceu que a juventude não é um tema novo, mas hoje está sendo tratado com omissão pelos Poderes Públicos. Ilustrou, citando os acontecimentos do ano passado, quando jovens foram à rua mostrando que queriam ter voz, e agora nessa audiência pública estava sendo viabilizada essa oportunidade. Citou ainda o Papa Francisco e sua participação no Rio de Janeiro, em julho do ano passado, na Jornada Mundial da Juventude, quando conseguiu com sua mensagem de paz e de fraternidade, dar uma nova visão da importância da juventude e de sua participação na sociedade. Afinal de contas depende da juventude nosso futuro, reforçou a Promotora. No âmbito legislativo, citou a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o recém-aprovado Estatuto da Juventude, prevendo especial atenção ao jovem. Em Maringá, citou a previsão legal do Conselho da Juventude, lei de autoria do Vereador Humberto Henrique, que infelizmente ainda não saiu do papel e ressaltou que esse era um dos objetivos da Audiência, ser impulso para que o Conselho da Juventude seja efetivamente implementado e passe a funcionar como representação dos jovens na formulação das políticas públicas municipais. A seguir, concedeu a palavra por três minutos primeiramente para os que se inscreveram pela internet para usar a tribuna. Na ordem de inscrição, Dr. Matheus Florêncio Rodrigues, Assessor Jurídico do Instituto de Aprendizagem Profissional de Maringá, INAMARE, fez uma apresentação da instituição que representava, destacando os objetivos dela em relação à aprendizagem profissional do jovem. Procurando dar suporte jurídico às empresas e cadastrar jovens interessados no Programa Jovem Aprendiz, o Instituto foi criado por iniciativa do Fórum de Aprendizagem de Maringá, em 2012. Salientou ainda que o Fórum continua acontecendo todas as terças-feiras do mês, em locais definidos por um esquema de rodízio. Dele participam empresas e órgãos públicos tutelares do Direito do Trabalho, como o Ministério Público do Trabalho e Emprego. Dra. Mônica agradeceu a participação do inscrito e enfatizou a importância do Fórum e do Instituto ante o desafio de criar uma rede de assistência à juventude.

UMA



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Em seguida, passou a palavra para Humberto Exaltação Jesuino, Educador Social e representante da Escola Profissionalizante Professora Laura Rebouças de Abreu. O participante começou por apresentar-se, acrescentando que é também coordenador dos projetos de aprendizagem para a Administração Pública no Município de Maringá e ainda coordenador do Fórum de Aprendizagem. Destacou o Instituto INAMARE e a importância dele para a inserção do jovem no mercado de trabalho. Para ele, a conscientização dos empresários e adequação às leis é a principal questão a ser debatida pelo segmento que se preocupa com o jovem aprendiz. Como sugestão, destacou que a realização dos Fóruns de Aprendizagem não acontece de forma permanente em todos os municípios e falou da necessidade de a juventude de Maringá ter um espaço para reuniões regulares, para que os fóruns aconteçam de forma permanente. A Mediadora destacou a importância da proposta para que os jovens se reconheçam como sujeitos de direito. Na sequência, fez uso da palavra o Sr. Paulo Ferreira da Silva, coordenador do setor de fomento aos grêmios estudantis do Núcleo Regional de Educação da SEEDUCAÇÃO do Paraná em Maringá. O professor falou que desde o início de 2011 têm sido constantes os esforços para a implantação de grêmios estudantis nas escolas estaduais e destacou que nos 25 municípios de abrangência do Núcleo Regional de Educação de Maringá, 50 grêmios já foram formados, o que se traduz em destaque para NRE de Maringá frente aos outros Núcleos de Educação do Estado. Destacou ainda que outros grêmios estão em fase de criação. Enfatizou a importância do incentivo a criação dos grêmios, planejamento e estruturação da representação estudantil, como demonstração da vontade coletiva dos estudantes. Para o professor, depois de formadas as associações, o trabalho continua no sentido de incentivar a organização coletiva e promover a ampliação da democracia, a melhoria no ensino e a prática da cidadania. O objetivo é dar vez e voz aos estudantes a partir da escola. Fez ainda um relato das ações do NRE nesse projeto de organização dos jovens em grêmios. Entre elas, trabalhos relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à Patrulha Escolar. Em seguida, colocou em evidência o esforço da Chefe do Núcleo em atender às demandas dos jovens na participação escolar. O último inscrito previamente a fazer uso da palavra foi Rafael Olegário dos Santos, representante do Diretório Central dos Estudantes – DCE/UEM. O estudante começou por falar sobre a política para juventude no Brasil, até o momento dominado por pensamento conservador, em procura punir e criminalizar os jovens, principalmente os de classes sociais mais baixas, ressaltando a falta de preparo e treinamento da polícia no trato com a juventude. Destacou que ações públicas devem incluir a juventude, mas, afirmou que, como regra geral, prefere-se aumentar o número de policiais dentro das áreas em que os jovens de classes menos favorecidas se manifestam a se desenvolver políticas públicas para essa categoria. Citou como exemplo o movimento do *hip hop* como um dos alvos da criminalização da juventude. Destacou a ausência da maioria dos Vereadores na Audiência, o que demonstra certo descaso com políticas para os jovens em várias áreas, saúde, educação, planejamento urbano. Outro destaque do representante é o fato de as políticas que existem tentarem padronizar o jovem em um único modelo, que é aquele que a sociedade capitalista quer. Desse modo, os grupos sociais não se dão conta da variedade de nuances que existem entre a juventude, isto é, o perfil múltiplo da juventude, transformando-a, por vezes, num mero produto ou considerando os jovens apenas enquanto consumidores. Isso a reduz em faixas de consumo por etnia e classes sociais. Segundo o jovem, a todo o momento é visto isso e todos se esquecem de que a juventude é o futuro da nação. Para ele, é preciso diminuir as desigualdades. Voltou a falar da criminalização da juventude dentro do campus da UEM, destacando que os jovens não possuem opções culturais, bem como mencionou o embate



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

com policiais dentro da situação específica do uso de espaços dentro da Universidade, cuja administração, isto é, a Reitoria, segundo ele, não se preocupa com o diálogo com os estudantes dentro da Universidade e também não estabelece políticas, sobretudo, culturais que os favoreça. Como proposta de encaminhamento, pediu que a antiga sede da União Maringense dos Estudantes Secundaristas - UMES, a qual agora está em mãos do Ministério Público, seja usada como espaço em que aconteça um fórum permanente, a fim de se articular a criação do Conselho Municipal da Juventude. Doutora Mônica destacou que o espaço do Ministério Público na avenida Cerro Azul acabara de ser inaugurado, será ocupado pelo Núcleo de Serviço Social da instituição e está disponível para as atividades em prol da comunidade, em especial para atendimento das questões sociais e da juventude. Abrindo espaço para a participação dos presentes que não haviam se inscrito previamente, o primeiro a falar foi o Dr. Robertson Fonseca de Azevedo, Promotor de Justiça - 3ª. Promotoria de Justiça da Infância e Juventude - O Promotor começou por fazer considerações sobre o problema das crianças, adolescentes e jovens em situação de risco, alertando àqueles que trabalham com a profissionalização dos jovens sobre a seletividade desses programas e cursos em detrimento às demandas de saúde mental ou uso abusivo de drogas na adolescência, por exemplo. Para ele, os cursos acabam sendo excessivamente seletivos, pois contemplam inclusão por mérito, excluindo os que estão em risco e aqueles que não são considerados aptos para o mercado de trabalho o que agrava o problema. Depois destacou que, entre os onze direitos dos jovens, está o da sustentabilidade do meio ambiente. Nesse sentido destacou as ações do movimento *Pró Ivaí/Piquiri*, que questiona a implantação de barragens nos referidos rios. Segundo ele, essa causa tem tudo a ver com os jovens, porque quem decide o futuro são as pessoas que hoje estão em órgãos responsáveis por isso, mas quem terá que arcar com os custos sociais e ambientais dessas obras serão os jovens. Convidou-os a participar do movimento. Sugeriu ainda que reuniões anuais do Fórum citado anteriormente fossem realizadas no espaço do Ministério Público. Por fim, convidou os interessados para vários eventos: uma Audiência Pública, sobre direitos e políticas para usuários de drogas, um fórum sobre o enfrentamento da violência na infância e juventude, uma festa organizada pelas pessoas que foram removidas do Bairro Santa Felicidade e que foram deslocadas para um novo local sem espaço público de convivência e ainda para a Marcha das Vadias. Na sequência, falou Laura Chaves, atriz e membro do Grupo de Trabalho de Cultura da Câmara Municipal de Maringá. Laura se sentiu provocada pelo folheto sobre os direitos dos jovens. Falou ainda que a cidade não disponibiliza acesso à cultura para todos os jovens da cidade e o que acontece somente é ofertado na área central, sendo esta uma cultura institucionalizada, cujo acesso é limitado. Ressalta a dificuldade para implantação de políticas públicas de cultura nos bairros, haja vista a falta de espaços públicos nos bairros, por conta desta cultura centralizada, como a definiu. Chamou a atenção dos presentes para a formação dos Conselhos Municipais e a inexistência de cadeiras que contemplem o interesse dos jovens. Convidou os jovens para a eleição do Conselho Municipal de Cultura, no dia 28 de maio, e para as reuniões do GT de Cultura, que, no momento, discute extraoficialmente o Plano Municipal de Cultura, o qual destacou ter validade dentro dos próximos 10 (dez) anos. A atriz trouxe como proposta a inclusão de cadeiras nos Conselhos atuais, propondo a inclusão de uma cadeira no referido Conselho para um representante da juventude, uma vez que esta, atualmente, não conta com representatividade neste âmbito. Por fim, lançou como proposta a garantia de uma cadeira destinada à juventude dentro dos conselhos atuais. O Vereador Humberto Henrique usou a palavra em seguida e cumprimentando a todos, falou sobre o processo de construção da Lei



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

9584/2013, que concede nova regulamentação ao Conselho Municipal da Juventude, através de um Fórum de Juventude iniciado em 2012 e de uma Conferência Municipal, que aconteceu na UEM. Enfatizou que a função do Conselho restabelecido pela referida lei consiste num espaço de debate, de garantia de direitos e para a discussão acerca das políticas públicas para a juventude. A indignação do Vereador se pautou no fato de que, embora o Executivo tenha sancionado a Lei, ainda não a implementou com a justificativa de que lhe falta condições técnicas. Como proposta, falou de uma representação que irá fazer ao Ministério Público, para esta instituição ofereça denúncia contra o Poder Executivo por crime de responsabilidade por não cumprir a respectiva lei. Gelinton Batista da Cruz, coordenador da Pastoral da Juventude falou na sequência e destacou a atuação da juventude católica para restabelecer o Conselho da Juventude, quando quem deveria fazer não faz, ou seja, o Poder Executivo. Resgatou a história da reformulação da Lei do Conselho, desde a primeira versão da Lei, em 2005, e considerou pífia a justificativa do Executivo para não instituí-la, por falta de condições técnicas. Falou ainda da existência do Cargo de Assessor da Juventude e do de Diretor da Juventude, os quais têm por função auxiliar o Conselho da Juventude. Ressaltou que tais cargos são ocupados por pessoas sem competência, não capacitadas para sua ocupação, apenas como uso político e utilizando-se para isso do dinheiro público, como verdadeiros "cabides de empregos". Cacilda Jaloto Santos, técnica pedagógica do Núcleo Regional de Educação de Maringá – Setor de Educação Especial, trouxe a preocupação com a representatividade do jovem com deficiência. Citou jovens se destacaram recentemente no Município. Um que conseguiu o segundo lugar em um concurso de redação e dois alunos da APAE de Maringá que ganharam medalhas de ouro em um campeonato de judô na Itália. Para ela, faltam investimentos públicos na área, deixando muitos jovens em situação de risco e vulnerabilidade. Para ela, esses jovens devem ser vistos, ouvidos, representados e encaminhados ao mercado de trabalho e para isso são necessárias alternativas para capacitação. Destacou também a necessidade de políticas públicas para os jovens com deficiência e defendeu a permanência dos jovens em curso técnicos e não somente a oferta de tais cursos. Alex Chaves, diretor de programas sobre drogas do Município e também conselheiro do Conselho Municipal Antidrogas usou da palavra para chamar a responsabilidade do jovem para o protagonismo de sua história e não atuarem apenas como coadjuvante de sua representatividade, de sua voz, de sua história. Ressaltou a ausência deles nas políticas já implementadas, sobretudo quanto à dificuldade de ocupação de vagas pelos jovens no COMAD. Na sequência a estudante Luriana Bovo, do DCE-UEM, usou da palavra para falar da ausência de assistência estudantil aos acadêmicos dentro da Universidade Estadual de Maringá e citou o caso do Restaurante Universitário, fechado para reforma há mais de um ano. Outro ponto lembrado por ela foi a questão da ausência de políticas culturais para jovens, a falta de espaço para convivência coletiva e decretos que proíbem a reunião dos alunos sem autorização da administração, destacando que os jovens devem ter direito à cultura, mas não a uma cultura imposta. Para finalizar, colocou o DCE à disposição de qualquer ação que envolva os jovens acadêmicos. Em seguida, Ailton Morelli, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e membro do PCA-UEM, ressaltou a importância dos fóruns na criação do CMDCA e trouxe como proposta a criação de uma Comissão para fazer os encaminhamentos do primeiro Conselho da Juventude sem a participação do Executivo Municipal, pois o funcionamento do Conselho pode existir sem que o Executivo participe, somente com o aval do Ministério Público. Sheila Regina de Camargo Martins, professora do Curso de Psicologia da UEM, fez uso da palavra e demonstrou preocupação com a escola como instituição seletiva, que não oferece atrativos para a



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

população menos abastada, principalmente em relação à profissionalização. Destacou a importância de se refletir sobre novas metodologias que atraiam os jovens no campo da educação e defendeu a democratização e o acesso à informação por todos como estratégias a serem utilizadas para esse fim. Outra preocupação da professora é com os espaços públicos da cidade que não são preparados para receber a população, enquanto espaços de convivência social em Maringá. Citou o caso da Praça da Catedral, onde não são disponibilizados bancos para quem a visita. O estudante Luiz Henrique Machado, presidente do Grêmio Estudantil do Colégio João de Faria Pioli usou a palavra para dizer que os onze direitos dos jovens ainda não são viabilizados para a juventude de Maringá. Larissa Silva dos Santos, representante do Grêmio Estudantil do Colégio Tomaz Edison falou da dificuldade de os grêmios realizarem ações dentro dos próprios colégios, principalmente por questões financeiras, uma vez que não há incentivo público nem patrocínio, ou seja, falta de apoio. Externou o sentimento de não ter voz enquanto jovem. Na sequência, César Augusto Ribeiro, Assessor da Pastoral da Juventude da Arquidiocese e Coordenador da Pastoral do Colégio Marista, manifestou-se realizando duas propostas. A primeira diz respeito à revisão das metodologias das ações que envolvem a juventude, pois considera que muitas vezes a distância dos jovens se deve ao emprego de metodologias equivocadas para lidar com eles. Isso significa dar atenção, principalmente, à escolha dos melhores espaços para os debates, os horários que os facilitam, temas que atraiam sua atenção e possibilidade de intervenção. A segunda proposta diz respeito ao fato de que alguns interesses da cidade são priorizados em detrimento de outros, e que propostas morrem no papel sem atendimento. Para ele, todas as demandas merecem atenção de todos. Ainda usou a palavra José Jesus Previdelli, Diretor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Campus de Maringá, relatando o sucesso de um projeto dos alunos do curso de Direito da PUC, chamado *Constituição em Evidência*, que discute a Constituição com alunos do ensino fundamental e médio, com proveito. Sua proposta foi no sentido de desenvolver um programa de educação sobre o Estatuto da Juventude nas escolas, propondo o desenvolvimento de cartilhas, e colocou-se à disposição para a realização do projeto, pois, para ele, falou-se muito na Audiência sobre a participação da juventude, mas o jovem não vai desenvolver aquilo que ele não conhece. Humberto Exaltação Jesuino, a título de informação, voltou ao assunto dos jovens com necessidades especiais destacando a discussão que atualmente está sendo fomentada no fórum do INAMARE, ou seja, o Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social dentro do Programa Jovem Aprendiz, motivo de desconhecimento de muitos jovens. Milton Ravagnani, Secretário de Comunicação Social, por sua vez, falou das ações que a Prefeitura de Maringá está desenvolvendo para os jovens, entre elas o Programa do EJA, PROMUBE, serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, PRONATEC. Justificou ainda que o Conselho Municipal da Juventude ainda não foi criado porque algumas leis não são construídas pelo anseio social. As leis não nascem da pena do legislador, mas do anseio social, salientou ele. Se a sociedade não quer, não basta fazer leis, pois ela se tornará letra morta. Destacou que não há obstáculo para a criação do Conselho, porque os conselhos são um alívio para a administração. Na oportunidade o Vereador Humberto Henrique interveio, pedindo novamente a palavra e ressaltou mais uma vez o histórico da criação da Lei Municipal 9.584/14, que prevê o Conselho da Juventude, que foi amplamente discutida e fruto de encaminhamento de fóruns instituídos para esse fim, sendo fruto da organização da sociedade, mas ainda sem implementação pelo poder público municipal, salientando satisfação com a demonstração pública de apoio de representantes do Poder Executivo Municipal ao seu funcionamento, em cumprimento da lei.

UMA



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Encerrando a Audiência, a palavra foi facultada ao Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu a presença de todos e colocou a Câmara Municipal à disposição. Citou como exemplo dessa disponibilidade o GT de Cultura, GT da Mobilidade, produto de outras mobilizações, os quais estão em atuação e produzindo frutos. Ao Secretário de Comunicação, Milton Ravagnani, disse que o legislador está na Câmara porque foi eleito democraticamente pela população e não há maior representatividade do que isso. Assim, todas as leis que são produzidas pela Câmara devem ser respeitadas. A Doutora Mônica resumiu então as propostas da Audiência, quais sejam: estabelecer uma agenda para os fóruns e encontros da juventude, disponibilizando o espaço do Ministério Público na avenida Cerro Azul para as reuniões; a implementação do Conselho Municipal da Juventude com a formação de uma Comissão para conversar com o Prefeito Municipal, objetivando viabilizar o início do funcionamento do Conselho Municipal; um estudo sobre a participação de jovens nos Conselhos e Comissões Municipais já em funcionamento, de modo a garantir sua representatividade nos diversos segmentos das políticas públicas, com a revisão das leis para que jovens comecem a participar dos Conselhos, o que ficou a cargo dos vereadores presentes, Humberto Henrique e Mariucci; o desenvolvimento de programa específico para a divulgação do Estatuto da Juventude nas instituições de ensino; a formação de grupos de trabalho ou subcomissões sobre os temas trazidos ao debate, como, por exemplo, para discutir a necessidade de reformulações das metodologias de ensino nas escolas, entre outros. A comissão visando à implantação do Conselho Municipal da Juventude ficou assim constituída: Gelinton Batista da Cruz, César Augusto Ribeiro, Luis Henrique Machado, Rafael Olegário dos Santos, Bruno Oliveira Silva, João Francisco, João Daniel Amaral, Nicolas da Silva Alves e Juliana Doronin. Além disso, a proposta de desenvolver um programa específico para a divulgação do Estatuto da Juventude nos estabelecimentos de ensino de uma maneira geral ficou a cargo de comissão composta por: Sheila Regina de Camargo Martins, César Augusto Ribeiro, Rosilene Pollis, José J. Previdelli, Claudio Airton Morelli, Reverendo Célio E. Moreira, Eduardo dos Santos Moura e Luriana Bovo. Ulisses Maia sugeriu ainda a criação de um Grupo de Trabalho articulado entre as duas comissões que se formaram. Esgotadas as propostas, a Mediadora agradeceu a presença de todos e encerrou o evento e eu Joaquim dos Santos lavrei a presente ata.